

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O Rio de joelhos para o crime



Deslinde do caso Marielle Franco expôs um Estado carcomido, indissociável do crime organizado por sua captura por agentes públicos que deveriam zelar pelo bem da sociedade, e não traí-la

O País agora sabe, após uma angustiante espera de mais de seis anos, sobre quem, afinal, recai a gravíssima suspeita de ter ordenado a morte da vereadora carioca Marielle Franco e por qual motivo. O que foi anunciado oficialmente pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, na tarde do domingo passado, é simplesmente assustador. Revelou-se um Estado a serviço do crime organizado. Ou uma organização criminosa que sequestrou o Estado para a consecução de seus ob-

jetivos espúrios.

A Polícia Federal (PF), informou o ministro, concluiu que os “idealizados” do crime foram o deputado federal Chiquinho Brazão (União-RJ) e seu irmão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão. O “planejador”, ainda segundo a PF, foi o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil fluminense, ninguém menos que o principal responsável pela investigação do caso na esfera estadual – âmbito apropriado, em condições normais, para a condução do inquérito à luz da

Constituição.

O deslinde do caso Marielle expôs o Rio como um Estado carcomido em sua estrutura por um consórcio delinquente formado por políticos de várias afiliações, policiais civis e militares e, claro, milicianos. Tal é o grau de penetração desses criminosos no aparato estatal que, hoje, é impossível dissociar a política no Estado dos interesses econômicos das próprias organizações criminosas, que operam como uma verdadeira máfia. O que se viu, agora com contornos mais nítidos, é um Rio sequestrado por agentes públicos que deveriam zelar pelo bem da sociedade, e não traí-la.

O fato de uma parlamentar ter sido brutalmente assassinada em pleno exercício do mandato – em atentado que também matou seu motorista, Anderson Gomes, e feriu sua assessora, Fernanda Chaves – já era chocante por si só. Mas, como se isso não bastasse, ao longo das quase 500 páginas do relatório final da PF, desfiou-se uma teia criminosa que se espalhou por múltiplas esferas da política no Estado do Rio. Ao que tudo indica, Marielle e Anderson foram vítimas circunstanciais de um grupo político associado a policiais e milicianos que pretendia demonstrar, sem qualquer sutileza, que fim estaria reservado a todos os que ousassem atravessar seu caminho.

A PF foi clara ao afirmar que a elucidação da morte da vereadora Marielle Franco pode ser o ponto de partida para a conclusão de uma série de outras investigações sobre o submundo da política no Rio. Como muito bem destacou a pesquisadora Joana Monteiro,

coordenadora do Centro de Ciência Aplicada à Segurança da FGV-RJ, é preciso “parar de dizer que o crime organizado é um poder paralelo” no Estado. De fato, a política fluminense, salvo honrosas e corajosas exceções, parece estar umbilicalmente ligada aos interesses das milícias, que, como se viu pelas investigações da PF, extrapolaram as fronteiras do Estado e já se fazem representar até mesmo no Congresso Nacional.

Nesse sentido, e até pelo histórico de suspeitas que já recaíam sobre os irmãos Brazão, não chega a ser surpreendente a implicação de ambos no caso Marielle. Já a participação direta do delegado Rivaldo Barbosa, como indica a PF, no “planejamento” da ação levada a cabo pelos executores Ronnie Lessa e Elcio Queiroz, ao contrário, é um choque. Não só pela frieza de Barbosa, que chegou a consolar a família de Marielle poucas horas após seu assassinato, mas, principalmente, por se tratar, à época dos fatos, do principal servidor público com a missão de livrar a sociedade da mesma organização criminosa da qual ele ora é suspeito de pertencer.

A serem comprovados os indícios de autoria e materialidade apresentados contra ele pela PF, o delegado Rivaldo Barbosa teria colocado a Polícia Civil do Rio à disposição de milicianos, bicheiros e políticos dispostos a pagar caro por sua deliberada omissão funcional, deixando a sociedade fluminense à mercê de seus piores algozes. Caríssimo, portanto, deve ser o preço a ser pago agora por cada um desses traidores do múnus público.●

Sangue russo, combustível de Putin

Só incompetência ou conivência explicam fracasso da segurança nos atentados jihadistas. Seja como for, Putin já capitaliza a tragédia para intensificar seus crimes dentro e fora da Rússia

O massacre em um show de rock em Moscou que deixou mais de 130 mortos expôs dois grandes riscos à segurança global: primeiro, a ressurgência do grupo terrorista Estado Islâmico (EI); segundo, a combinação de negligência e oportunismo do regime terrorista de Vladimir Putin.

O grupo EI-K (da Província de Khorasan) assumiu a autoria. A milícia baseada no Afeganistão compete com o Talebã e a Al Qaeda pela supremacia jihadista, e em janeiro matou mais de 100 pessoas em atentados a bomba no Irã. Uma das fontes de hostilidade contra a Rússia é o apoio do país ao regime de Bashar al-Assad contra o EI e outros rebeldes na Síria.

Há uma massa de imigrantes islâmicos na Rússia herdada das antigas colô-

nias soviéticas na Ásia Central – só do Tajiquistão, país de origem dos quatro suspeitos presos, são cerca de 8 milhões. As distrações com a guerra na Ucrânia, a marginalização e as tensões étnicas fazem dessas populações um óbvio estoque de oportunidades ao recrutamento jihadista.

Putin dispensou publicamente como “desinformação” e “chantagem” alertas dos EUA sobre preparações de um ataque do EI em Moscou. Como tudo em seu regime, os fatos estão envolvidos numa nuvem de incertezas que se torna mais espessa a cada comunicado do Kremlin.

Numa das cidades mais patrulhadas do mundo, onde um cidadão pode ser preso em segundos por sussurrar “não à guerra”, como os terroristas conseguiram perpetrar a carnificina por uma ho-

ra e escapar num carro? O serviço de segurança alega ter detido os suspeitos perto da fronteira da Ucrânia. Mas, dada a capacidade material e tática necessária para um ataque dessa ordem, qual a plausibilidade dos perpetradores terem planejado sua fuga por uma das fronteiras mais fortificadas do mundo com seus passaportes do Tajiquistão?

Não há alternativa para uma falha dessa magnitude senão incompetência ou conivência. Mesmo as mais exorbitantes teorias da conspiração não podem ser descartadas. Putin já deu mostras de que não tem escrúpulos em derramar sangue estrangeiro ou russo para conquistar seus objetivos criminosos.

Há 25 anos, uma série de atentados a bomba em prédios na Rússia serviu como luva para o então premiê Vladimir Putin detonar uma carnificina na Chechênia como sua principal plataforma de campanha à presidência. Ativistas e pesquisadores reuniram vários indícios de que se tratava de uma operação “bandeira falsa”.

Hoje, para se perpetuar no poder e reconstruir o império russo, Putin precisa fomentar um estado de guerra permanente que crie condições para radicalizar o povo russo, reprimir dissidentes e justificar sua mobilização de recursos. Poucos dias antes do ataque, o Kremlin abandonou o eufemismo “operação militar especial” e passou a se referir à agressão à Ucrânia como um “estado de

guerra”. Também deu ordens para alistar dezenas de milhares de russos.

Mesmo se admitindo como hipótese mais plausível que a segurança simplesmente tenha falhado, o ataque foi oportuno para as ambições de Putin e já está sendo oportunisticamente explorado. Em seu pronunciamento público, após sumir por 19 horas, Putin não mencionou o EI. Se, em vez de culpar abertamente a Ucrânia, só insinuou uma vaga “conexão” do atentado com Kiev, foi certamente menos por prudência do que por temor de desmoralização ante as informações que a inteligência americana possa revelar.

Grupos de monitoramento cibernético apontaram uma súbita alta na atividade de bots controlados por agências de segurança russas disseminando fake news que culpam a Ucrânia, os EUA e o Reino Unido pelos atentados em Moscou. A hesitação das lideranças ocidentais em fornecer apoio financeiro e militar a Kiev também está criando condições favoráveis para uma nova ofensiva russa no verão.

Em um Estado minimamente democrático e de direito, o presidente pagaria um preço caro pelo sangue russo derramado sob o show de horrores que foi a atuação de suas forças de segurança. No Estado fascista de Putin, este preço será pago com mais repressão doméstica, mais sangue ucraniano e mais ameaças ao Ocidente.●